



CMN - Projeto de Lei  
Número: 33/19  
Folha: 06

Ref.  
Projeto de Lei nº 33/2019  
Interessado: Vereadora Professora Eleika Bezerra  
Relator: Vereador Fúlvio Saulo

### PARECER

#### I-RELATÓRIO

Constam os presentes autos de projeto de Lei nº 33/2019, de autoria da Vereadora Professora Eleika Bezerra, que baixou com vistas a Comissão de Legislação Justiça e Redação Final, em atendimento às normas regimentais que disciplinam o processo legislativo, por hora tendo como relator o vereador Fúlvio Saulo.

O referido Projeto dispõe sobre a criação do Programa de Prevenção aos Problemas da Audição – PPPA no âmbito do Município de Natal, e dá outras providências.

A proposição é composta de cinco artigos, o 1º institui a referida campanha e a específica, o art. 2º e seus parágrafos tratam do objetivo e da área de abrangência, o 3º trata da efetivação do Projeto, o 4º dispõe sobre as despesas recorrentes e o 5º estabelece o início da vigência da lei para a data de sua publicação. A justificativa se ampara na importância de estabelecer a conscientização da população e usa como argumento sensibilizador o estímulo à prevenção e do diagnóstico precoce, para fins de cura e tratamento.

Conforme certificação do Setor Legislativo encadernado nos autos, foi atestado a inexistência de proposição com o mesmo teor nesta Casa Legislativa.

Coube ao presidente da Comissão de Justiça de designar este relator para fins de proferir parecer conclusivo sob as perspectivas da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e respeito ao Regimento norteador desse parlamento.

É o que interessa ao relatar.

#### II-ANÁLISE

Previamente afirmo que o papel do relator desta Comissão se atem apenas a averiguação dos pressupostos jurídicos-legais, afastando desde já qualquer expectativa que atribua valor político-social sobre o projeto.

Todavia exaltamos que é autêntico o interesse da legisladora e o reconhecimento que a prática do Programa de Prevenção aos Problemas da Audição – PPPA deva surtir efeitos positivos.



CMN - Projeto de Lei  
Número: 33/19  
Folha: 04

No entanto, é fato que, deve-se observar se a competência para tratar sobre esse tema cabe a esta Casa Legislativa. E para tanto é a luz da Constituição Federal que vamos aferir a responsabilidade de cada ente da administração pública.

Nos artigos fundamentamos a nossa explanação:

Art. 23º É competência **comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios**

(....)

II- Cuidar **da saúde** e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 30º Compete aos Municípios:

I-Legislar sobre assuntos **de interesse local**;

Também é de bom tom buscar lastro na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que traz em seu corpo:

### CAPÍTULO III

#### DO DIREITO À SAÚDE

Art. 18. É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário.

IX - Serviços projetados para prevenir a ocorrência e o desenvolvimento de deficiências e agravos adicionais;

X - Promoção de estratégias de capacitação permanente das equipes que atuam no SUS, em todos os níveis de atenção, no atendimento à pessoa com deficiência, bem como orientação a seus atendentes pessoais;



CMN - Projeto de Lei  
Número: 33/19  
Folha: 08

Está claro que o tema aferido tem múltiplas responsabilidades e o fato da ilustre vereadora intentar legislar sobre ele, não convencionaria flagrante de antijuridicidade já que a Lei Maior do Estado brasileiro é para tanto permissiva.

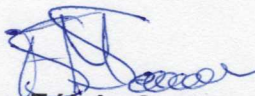
Verificada a legitimidade constitucional do intento, e passado para o momento que analisa se o Projeto de Lei em tela, trará para o Poder executivo obrigações ou deveres, não constatei nenhum óbice que inviabilizasse sua continuidade legislativa já que a prevenção é um pressuposto não oneroso frente a sazão do cuidado, que é de longe é mais dispendiosa.

Por fim dou fé que a proposição ora apresentada, atendeu o que previne o art. 62 do Regimento Interno, trazendo em seu corpo boa técnica, correção de linguagem e nenhuma violação a ordem constitucional ou infraconstitucional em vigor.

#### **III-VOTO**

Haja vista todo o exposto **opina** este Relator pela **ADMISSIBILIDADE** ao Projeto de Lei 33/2019.

É como voto.



**Vereador Fúlvio Saulo – SD**

**RELATOR**





**Câmara Municipal de Natal**  
A casa do povo. A sua casa.

CMN - Projeto de Lei  
Número: 33/19  
Folha: 09

**DESPACHO**

Designo o(a) vereador(a) FULVIO para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa. 25/03/19  
Natal, RN 25/03/19.

[Assinatura]  
Ver. Ney Lopes Júnior  
Presidente

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

- ☒ PROJETO DE LEI    ( ) RESOLUÇÃO    ( ) DECRETO LEGISLATIVO  
( ) EMENDA À L.O.M.    ( ) VETO    ( ) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
( ) PROCESSO    ( ) EMENDA

Nº 033/19.

Autor: Vereador(a) Elida Bezerra.

Chefe do Executivo ☐

Relator: Vereador(a) Fulvio Santos.

**VOTO DO RELATOR:** Pela aprovação

Sala das Comissões, em 01 de abril de 2019.

Vereador Ney Lopes Júnior  
Presidente

- ( ) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Fúlvio Mafaldo  
Membro

- ( ) Favorável ao Parecer ☒  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereadora Nina Souza  
Vice-Presidente

- ( ) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Kleber Fernandes  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

[Assinatura]  
Vereador Sueldo Medeiros  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereadora Ana Paula  
Membro

- ( ) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Preto Aquino  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção